

# Senado decide futuro de Jader

Olimpio Cruz Neto

Da equipe do **Correio**

Com agência Estado

O presidente licenciado do Senado, Jader Barbalho (PMDB-PA), terá uma semana decisiva. Na quarta-feira, primeiro dia de trabalhos no Congresso neste segundo semestre, será examinada a representação dos partidos de oposição para que ele seja investigado por quebra de decoro no Conselho de Ética do Senado. O pedido dos oposicionistas se desdobra em dois flancos: a participação de Jader no desvio de dinheiro do Banpará entre 1984 e 1985 e a compra da Fazenda Chão Preto, antes pertencente a José Osmar Borges, maior fraudador da extinta Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). O negócio não foi declarado no imposto de renda do senador paraense.

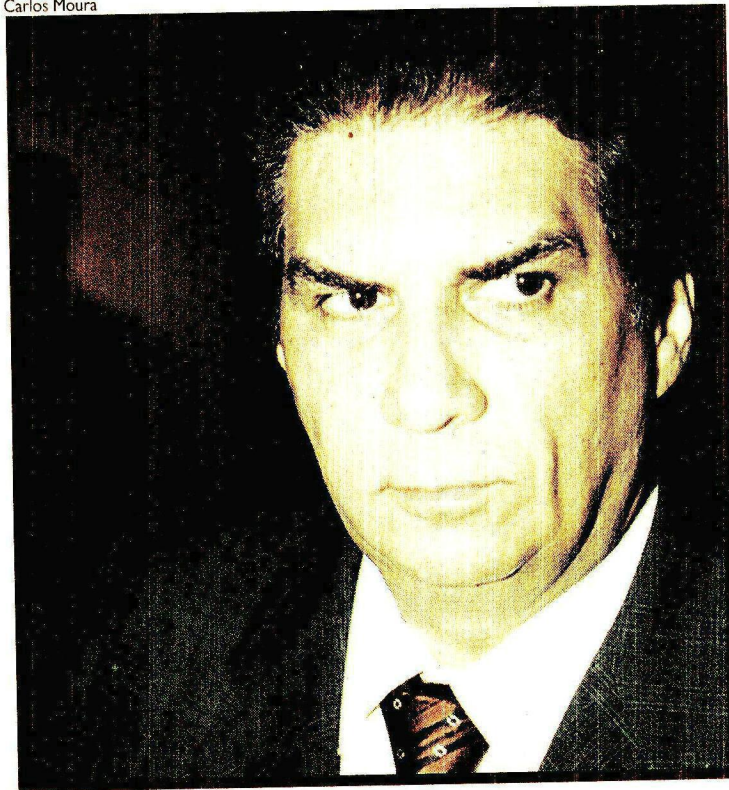
Os apuros do Congresso, no

entanto, são contraponto à outra frente de batalha de Jader, na Justiça do Pará. A juíza Dahil Parraense de Souza, titular da 15ª Vara Cível, pedirá a redistribuição da ação popular sobre os desvios de R\$ 2,5 milhões do Banpará. Ela se considera impedida de analisar o pedido de ressarcimento aos cofres públicos, objeto de ação popular. A juíza ainda não disse por que não quer julgar o caso, mas, no estado, especula-se que seja por medo de represálias do grupo político do senador.

A ação popular foi apresentada pelo desafeto de Jader, o advogado Paulo Lamarão, que já pediu a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico do senador. Pedido, inclusive, indeferido na última quinta-feira, pela substituta de Dahil, a juíza Rosileide Cunha.

Desaparecida nos últimos sete anos, a ação popular está longe de ter um desfecho. Pelo con-

Carlos Moura



SENADOR ESTÁ EM APUROS EM BRASÍLIA E TRANQUÍLO DO PARÁ

trário. Ainda pode sofrer avanços e recuos, simplesmente porque ninguém no Pará quer assumir o risco de julgar Jader. Lá, a força política do presidente licenciado do Congresso é indiscutível. O caso desta ação popular que tramita no Tribunal de Justiça há 17 anos, sem ter chegado até hoje a lugar nenhum, mostra bem como ele exerce sua influência.

## MEDO

A juíza Rosileide Cunha, por exemplo, não suportou o peso da decisão de autorizar a quebra do sigilo de Jader, deixando o abacaxi para Dahil Souza. Que também não quer assumir o risco. Antes de desaparecer rumo a uma praia no litoral paraense, na última sexta-feira, Rosileide fez um gol a favor de Jader. Autorizou o senador a ter acesso ao relatório do Banco Central que indica suas digitais no desfalque do Banpará. Coisa

que os promotores não querem.

Ainda não se sabe quem dará a sentença judicial autorizando a quebra do sigilo de Jader, 14 familiares e amigos, além de três empresas. Nem quem vai analisar o pedido do Ministério Público Estadual para que Jader não coloque as mãos no relatório do BC. Os promotores alegam que a entrega do levantamento do BC representará a quebra do sigilo bancário de outros envolvidos no escândalo do Banpará. No Ministério Público do Pará, teme-se que o novo juiz do caso possa se sentir pressionado a não dar prosseguimento à ação.

Até agora, somente uma juíza teve coragem de enfrentar o poder do senador: Martha Inês, da 14ª Vara Cível do Pará. Em outra ação popular de Lamarão, Martha Inês decidiu bloquear a fazenda Pollyana, na região de São Domingos do Capim, de propriedade de Jader.